



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DA MULHER**

**PARECER FAVORÁVEL Nº 1038/2021**

**REFERÊNCIA: INDICAÇÃO LEGISLATIVA - PROCESSO N. 6411/2021**

**RELATOR: GIL MAGNO**

**Ementa:** Indica ao executivo municipal a edição de norma regulamentar para incluir as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar como beneficiárias no Cartão Imperial.

**I – RELATÓRIO:**

A priori, cumpre esclarecer que o presente parecer segue as disposições elencadas no art. 52, §1º, incisos I, II e III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis.

Convém pôr em relevo que a propositura foi analisada pela COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, tendo parecer favorável quanto a sua constitucionalidade.

Em consonância, com as competências da COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER dispostas no art. 35, inciso VIII do referido dispositivo:

**Art. 35.** *Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente:*

**VIII - Da Comissão dos Direitos da Mulher:** (NR)  
*(redação estabelecida pelo art. 12 da Resolução nº 001, de 13.01.2021)*

**a)** *opinar sobre todas as proposições que digam respeito aos interesses da mulher, principalmente enquanto cidadã partícipe da vida coletiva e individual no âmbito municipal;*

**b)** *receber reclamações e encaminhá-las aos órgãos competentes;*

**c)** *emitir pareceres e adotar as medidas cabíveis na esfera de sua atribuição;*

**d)** *promover iniciativas e campanhas de esclarecimento e promoção dos direitos da mulher.*

Isto posto, com base nas atribuições acima elencadas, segue o voto do Vogal referente a Indicação Legislativa 6411/2021:

**II – VOTO:**

Cuida analisar a Indicação Legislativa de autoria do Ilmo. Vereador Yuri Moura, na qual indica ao Poder Executivo Municipal a edição de norma regulamentar para incluir as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar como beneficiárias do Cartão Imperial.

De acordo com a justificativa, a proposição tem por desígnio suprimir, ainda que parcialmente, a dependência econômico-financeira das mulheres vítimas de violência doméstica em relação aos seus agressores.

Ressalta-se que lamentável e reiteradamente, inúmeras mulheres sofrem os mais diversos tipos de violência doméstica de natureza física, moral, psicológica, sexual e patrimonial, praticadas de maneira isolada ou não.

Nesse passo, uma pesquisa realizada pelo Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria) entrevistou 2002 pessoas, no período de 19 a 23 de fevereiro deste ano, revelando que 15% das brasileiras com 16 anos ou mais relataram ter experimentado algum tipo de violência psicológica, física ou sexual perpetrada por parentes ou companheiro/ex-companheiro íntimo durante a pandemia, o equivalente a 13,4 milhões de brasileiras. Isso significa dizer que, a cada minuto do último ano, 25 mulheres foram ofendidas, agredidas física e/ou sexualmente ou ameaçadas no país.

Além disso, o levantamento também demonstrou que 6% das mulheres brasileiras relataram ter sofrido agressão física por parte de seu namorado, companheiro ou ex, o que equivale a 5,3 milhões de mulheres de 16 anos ou mais. Essa vulnerabilidade se torna ainda mais acentuada quando verificamos que o percentual é maior entre mulheres de 35 a 44 anos (8%), pretas e pardas (7%) e com ensino fundamental (11%). Os números são compatíveis com o perfil das vítimas de feminicídio no país, que atinge majoritariamente mulheres entre 30 e 44 anos (41,4% das vítimas) e com baixa escolaridade, conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Dito isto, faz-se necessário citar que a Resolução nº 04 de 06 de abril de 2011, que dispõe sobre a implementação do Programa Municipal “Vida Saudável – Cartão Imperial”, destacando que o objetivo geral é o atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar/nutricional, com subsídio por meio de transferência direta de renda, através de cartão magnético, com valor destinado à aquisição de produtos alimentícios.

Já com relação aos objetivos específicos, a Resolução enfatiza a necessidade de propiciar, mensalmente, ações socioeducativas, em comunidades específicas, de acordo com os indicadores de maior vulnerabilidade social e nutricional, de apoio ao desenvolvimento de capacidades das famílias por meio de ações articuladas de setores e órgãos afins do governo e da sociedade civil, com atividades complementares sobre temas relacionados a direitos, cidadania, responsabilidades, saúde, educação, habitação, geração de trabalho, emprego e renda, entre outros, estruturando as ações socioeducativas elencadas, sob a responsabilidade de cada área envolvida, levando-se em conta alimentação saudável, planejamento familiar, violência doméstica, entre outros.

Dessa forma, conclui-se que nos casos em que o fator socioeconômico for preenchido, mulheres vítimas de violência doméstica já possuem direito ao benefício, visto que a situação vivenciada caracteriza vulnerabilidade social.

Nesse prisma, vale mencionar que outra **medida de proteção** com propósito semelhante de salvaguardar a integridade física, psicológica, emocional e moral dessas vítimas, apoiando-as, mediante um auxílio financeiro para custeio da moradia, permitindo o afastamento do convívio residencial com o agressor, foi aprovada recentemente, 03/03, nesta Casa de Leis, a **Indicação Legislativa nº 1419/2021**, de minha autoria, **acerca da necessidade de Projeto de Lei que institua o Programa de Aluguel Social para as Mulheres Vítimas de Violência Doméstica no Município de Petrópolis, encaminhada ao Poder Executivo através do Ofício PRE-LEG 113/2021**, em 12/03.

Oportuno consignar, também, a Indicação Legislativa nº 477/2021, de minha autoria, aprovada (03/03) e encaminhada à Prefeitura através do Ofício PRE-LEG 108/2021, em 12/03, que dispôs sobre necessidade de análise e estudo para implementação da Casa da Mulher no município de Petrópolis, com finalidade de ser um local de acolhimento que reúna todos os serviços integrados aos programas voltados aos direitos das mulheres em nossa cidade, dentre eles, **apoio psicossocial e capacitação para autonomia econômica**.

Sendo assim, a concessão de auxílio financeiro com caráter alimentar, a fim de minimizar a dependência econômico-financeira das vítimas de violência doméstica, somada a outras proposições já aprovadas, atuará como uma importante ferramenta para que essas mulheres consigam se desvencilhar dos seus agressores.

Por fim, resta afirmar que a proposição é de suma importância do ponto de vista social, considerando a necessidade de proteger e assessorar mulheres vítimas de violência doméstica. Todavia, requer a atenção, visto que o programa faz referência a medida pretendida.

### III– PARECER DAS COMISSÕES:

Desta forma, por todo o exposto, o Vogal da Comissão Permanente dos Direitos da Mulher da Câmara Municipal de Petrópolis, vota FAVORAVELMENTE à tramitação desta Indicação Legislativa.



---

MAURINHO BRANCO  
Vogal